SENTENÇA

Orestes Campos Gonçalves*

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS
2. REQUISITOS E ASPECTOS JURÍDICOS
3. FUNDAMENTAÇÃO
4. MODERNIDADE
5. CONFERÊNCIA: PROFESSORA ALICE MONTEIRO DE BARROS
6. JULGADOS

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A sentença *lato sensu* é o típico e próprio ato do Poder Judiciário, que por ele esgota sua função jurisdicional, em cada caso concreto.

O Poder Legislativo (com a cooperação do Poder Executivo) se expressa pela Lei; o Poder Executivo se expressa pelo Decreto; o Poder Judiciário se expressa pela sentença.

Resguardem-se formas anômalas, quando o Legislativo julga (CF/88, art. 52, I); o Executivo legisla (CF/88, art. 84, XXVI) e o Judiciário legisla ou executa (CF/88, art. 96, item I); estas formas são restritivas e *numerus clausulus*.

Em digressão, não achamos próprio a sentença “peça vênica” para se expressar: o Legislativo e o Executivo não o fazem em seus atos privativos, porque eles são a expressão da soberania estatal (CF/88, art. 2º); às vezes, em Juízo, a parte pede “vênica” por cortesia ou delicadeza ao Judiciário.

Igualmente, não nos parece correto que o Juiz apresente explicações de suas sentenças, porque essas explicações se contêm nos fundamentos de cada sentença.

O Poder Judiciário, independente e harmônico com os demais Poderes, constitui uma elaboração de séculos de civilização, culminando com os princípios básicos contidos na Declaração de Direitos da Revolução Francesa de 1789, precedida pela Revolução Gloriosa Inglesa de 1689, princípios esses que estabeleceram a divisão tripartite de Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) como forma de economia de governo e garantia do cidadão contra abusos dos Poderes (GONÇALVES, Orestes Campos. “A função legislativa primária do poder executivo: Decreto-lei”. *Revista Jurídica Lemi*, v. 100, pp. 11/26).

Nos tempos modernos nenhum estado de direito convive sem a divisão tripartite de poderes e, em certas ocasiões, com o Poder Judiciário se sobrepondo e fiscalizando os demais Poderes, de forma independente e harmônica.

Vale lembrar as palavras do eminente baependiano Ministro José de Aguiar Dias, em sua última conferência, que disse: “O Direito nada pode sem a ética e não pode haver juiz sem justiça. Toda regra de justiça envolve amor, que resume, em seu mais amplo conceito, o verdadeiro sentido de convivência entre os homens.” (DIAS, José de Aguiar. “A ética e o direito”, 1992).

---

* Ex-Juiz de Direito em Mato Grosso, em Minas Gerais e Juiz Togado de Carreira do TRT/3ª Região, Aposentado. Advogado.

2. REQUISITOS E ASPECTOS JURÍDICOS

O CPC/73 (Código Buzaid), fruto de evolução, estudos, experiências com leis, doutrina e julgados Nacionais e Estrangeiros, define os atos do Juiz: “Art. 162 - Os atos do Juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. - Parágrafo primeiro: Sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa. Parágrafo segundo: Decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente. Parágrafo terceiro: São despachos todos os demais atos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, a cujo respeito a lei não estabelece outra forma. Parágrafo quarto: Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.”

A sentença se posiciona no mais alto grau de decisão judicial, estando seus requisitos essenciais definidos no CPC/73, art. 458, assim escrito: “São requisitos essenciais da sentença: I - o relatório, que conterá o nome das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo; II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito; III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem.”

Valem as lições do Mestre José Frederico Marques, escrevendo sob o império do CPC/39, mas aproveitáveis pela excelência da doutrina (MARQUES, José Frederico. *Instituições de Direito Processual Civil*, Rio de Janeiro: Forense, 1ª edição, 1959, v. III, § 148, pp. 512/517):

“§ 148. Da sentença

A) Noções gerais e introdutórias

840. Do conceito de sentença.

841. Da sentença no Cód. de Proc. Civil.

842. Sentença definitiva.

843. Apresentação e entrega da prestação jurisdicional.

840. A sentença é o ato culminante do processo de conhecimento. A instância se desenrola através do procedimento justamente para preparar o *judicium*, momento em que o Estado entrega a prestação jurisdicional dizendo da procedência ou improcedência do pedido. O juízo tem na sentença o ato processual em que a jurisdição se realiza para definir a vontade concreta da lei, pois a sentença, como disse VINCENZO CAVALLO, é o ‘ato mediante o qual se individualiza o Direito’. *La Sentenza Penale*, 1936, p. 145. PLANCK, em definição que FLORIAN qualifica de estupenda, disse que ‘sentença é a decisão judicial daquilo que constitui o Direito num caso concreto’ (EUGENIO FLORIAN, *Appunti sugli Atti Giuridici Processuali Penali, in Rivista di Diritto e Procedura Penale*, ano VII, p. 376). Na verdade, a sentença, como instante jurisdicional básico da relação processual de cognição, é o ato de composição da lide em que o preceito normativo abstrato, imposto pela ordem jurídica, se transforma em preceito específico. Definiu-a o clássico PEREIRA E SOUSA como ‘a decisão feita por juiz competente da questão que se controverte em juízo entre as partes litigantes’ (*Primeiras Linhas sobre o Processo Civil*, 1863, § 268, pág. 262), identificando-a assim com

o julgamento do pedido. Neste sentido, aliás, é que a emprega o Cód. de Proc. Civil, no título XI do Livro II. Também CARNELUTTI a conceitua de igual modo, identificando-a com o *giudizio*, meta final do processo de conhecimento. A sua substância reside, por isso, na resolução das questões da lide (FRANCESCO CARNELUTTI, *Sistema di Diritto Processuale Civile*, 1936, vol. I, pág. 271).

Todavia, como adverte o insigne processualista peninsular, a palavra sentença não vem usada somente para indicar o juízo em que o magistrado decide sobre a lide, mas também com referência a “outros juízos, que ele profere no curso do processo”. (FRANCESCO CARNELUTTI, ob. cit., vol. I, pág. 272). Era o que também dizia o nosso JOÃO MONTEIRO, ensinando que, em geral, ‘sentença, que pode equivaler a julgamento, designa, na lição do profundo GARSONNET, quaisquer pronunciações da autoridade judiciária: não só os atos que mediante a forma ordinária das instâncias, resolvem contestações interlitigantes, mas ainda os que se limitam a ordenar o curso da ação independentemente do fundo da demanda, ou os que tão-somente provêem a diligências ou providências próprias da vigilância judiciária. Já o nosso MELO FREIRE havia ensinado que ‘*hodie quaevis iudicis pronuntiatio sententia dicitur*’. (Processo Civil, § 189).

841. O Cód. de Proc. Civil emprega, geralmente, o vocábulo sentença com o significado de decisão definitiva de primeiro grau, ou seja, de sentença definitiva proferida pelo juiz único de primeira instância. É o que se verifica de vários textos daquele diploma legal, como *v. gratia*, nos arts. 94, 105, 118, 195, 280, 282, 283, 284, 285, 286, 454, § 2º, etc. Nos arts. 286 e 290, 287 e 290, a palavra sentença tem o sentido de jugado, isto é, de decisão definitiva que passou em julgado.

Nos arts. 271 e 272 do Cód. de Proc. Civil, sentença significa o ato processual decisório de encerramento da instância de conhecimento no juízo de primeiro grau. Se nela se contiver decisão da lide, a sentença será definitiva; em caso contrário, tão-só terminativa.

Ao ato decisório dos juízos coletivos dá-se o nome de acórdão, e de aresto à decisão final insuscetível de recurso ordinário. (Cf. JOÃO MENDES JÚNIOR, *Direito Judiciário Brasileiro*, 1954, pág. 423)

842. Sentença definitiva, ou sentença em sentido estrito, é expressão que deve entender-se, segundo explica LIEBMAN, no seu significado etimológico: é definitiva a sentença que define o juízo, concluindo-o e exaurindo-o ao menos na instância em que foi proferida. Sentença definitiva ‘é a sentença final do procedimento de primeiro grau’. (*Corso di Diritto Processuale Civile*, 1951, pág. 196). No direito brasileiro, porém, uma vez que o despacho saneador deve resolver todas as questões sobre os pressupostos processuais e condições da ação, somente a sentença proferida sobre o mérito da causa é, normalmente, definitiva, por encerrar o juízo de primeiro grau. Em virtude da divisão que se opera no processo ordinário de conhecimento, através do despacho saneador, só a sentença que é proferida em audiência de instrução e julgamento tem o nome de definitiva, contendo, por isso mesmo, julgamento sobre o *meritum causae*. Se, excepcionalmente, o conteúdo desse ato decisório for outro, por

incidir sobre questões relativas à inadmissibilidade do *judicium*, não será ele sentença definitiva, mas tão-só terminativa. Donde se vê que a sentença final de primeiro grau deve considerar-se definitiva unicamente quando contiver decisão sobre a procedência ou improcedência do pedido.

Normalmente, a sentença terminativa não deve ser proferida em audiência de instrução e julgamento. Mas se, excepcionalmente, o for, visto que o juiz, por exemplo, relegou, para esse momento preliminar que lhe caberia decidir no saneador, nem assim irá aquela decisão mudar de configuração entre as espécies dos atos decisórios. A posição topográfica de um ato processual dentro do procedimento não o pode transformar de ato decisório terminativo em sentença definitiva.

Sentença definitiva, portanto, é a sentença de mérito proferida no juízo de primeiro grau por órgão monocrático.

A sentença definitiva põe fim ao procedimento de primeira instância, não, porém, ao processo de conhecimento, uma vez que o procedimento recursal o estende e prolonga até que seja proferido acórdão insuscetível de recurso, quando então realmente se encerra o processo de cognição.

843. O cap. I do tít. XI Livro II do Cód. de Processo Civil (arts. 280 a 290) visou disciplinar e estruturar a sentença de primeiro grau: no entanto, aplicam-se, por extensão, os preceitos ali contidos, com as devidas adaptações, a acórdãos que contenham pronunciamentos decisórios de caráter definitivo. Tais acórdãos necessitam seguir a forma prescrita para a sentença, no art. 280, e ainda atender, explícita ou implicitamente, ao que dispõem os artigos 281 a 283 do Cód. de Proc. Civil.

Quando há recurso contra sentença definitiva de primeiro grau, a entrega da prestação jurisdicional só se efetua com a decisão final proferida nos julgamentos coletivos dos tribunais superiores. Como bem esclarece PONTES DE MIRANDA, na sentença definitiva sujeita a recurso, o que existe é apenas a apresentação, pelo Estado, dessa prestação jurisdicional (*Tratado da Ação Rescisória das Sentenças e outras Decisões*, 3ª ed., 1957, pág. 203), a qual se transformará em entrega definitiva se não for interposto recurso.

Outras decisões podem surgir, posteriormente, nos procedimentos recursais em que a instância se prolonga. Apresentada a decisão da lide pelo Estado, têm ainda as partes o direito de exigir o prolongamento do processo por não concordar um ou todos os sujeitos parciais da instância, com o conteúdo da decisão. A entrega da prestação jurisdicional só se dará quando exauridos os recursos cabíveis, ou quando ocorrer preclusão que impeça a reiteração de julgamentos.”

3. FUNDAMENTAÇÃO

A sentença deve ser fundamentada, sob pena da nulidade, conforme preceito expresso na CF/88, art. 93, IX, que diz: - “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes.”

Entendemos que, sendo o preceito Constitucional abrangente, irrestrito, todas as formas de julgamento do Poder Judiciário devem ser fundamentadas, ou seja, este comando Constitucional atinge não só as sentenças de mérito, como as decisões interlocutórias e despachos, todos mencionados no artigo definidor 162 do CPC/73, porque a lei Constitucional é ampla e, se de outro modo se entendesse, teria revogado, como lei fundamental que é, restrição que fosse interpretada no referido art. 162 do CPC/73; o art. 93, IX, no mínimo seria interpretativo e, no máximo, derogatório de tal provável interpretação restritiva. Assim, com estes argumentos, parece-nos que sentenças, decisões interlocutórias e despachos devam ser fundamentados, pena de nulidade de pleno direito, preclusiva e argüível pelas partes e de ofício a qualquer tempo, ensejando, inclusive, base para a ação rescisória (CPC/73, art. 485, V).

Mestre Humberto Theodoro Júnior, mencionando TAMG, Amaral Santos, Frederico Marques, Lopes da Costa e Gabriel Rezende Filho, entende que a falta de motivação (fundamentação) da sentença acarreta a nulidade da decisão (THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Processo de Conhecimento*, Forense, 1978, Tomo II, n. 489, pp. 646/647).

José Frederico Marques é bem claro sobre a questão: “O pedido deve ser decidido sem omissões. E se mais de um pedido houver, sobre todos eles se pronunciará o juiz, depois da devida fundamentação.” (Obra citada, n. 847, p. 523).

Moacyr Amaral Santos não discrepa: “Mas, limitada que está a sentença a pronunciar-se sobre o pedido do autor, por outro lado, deverá ser completa.

E completa será, decidindo do pedido sem omissões e sobre todos os pedidos, se vários se cumularem.” (*Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, Limonad, 1971, 4ª edição, 3º volume, p. 46).

Em Francisco de Paula Batista lemos o art. 234 do Decreto n. 5.561, de 19.06.1905, o seguinte: “todos os despachos, sentenças e acórdãos proferidos sobre qualquer pedido controvertido, ou alguma dúvida suscitada no processo, serão fundamentados, sob pena de nulidade.” (*Compêndio de Theoria e Prática*, etc., Lisboa, 191, p. 170).

José Carlos Barbosa Moreira em 1980 clamava pela inclusão como norma Constitucional do preceito da motivação da sentença, inclusive citando legislação alienígena e legislação ordinária brasileira contida no art. 232 do Regulamento n. 737, de 1985 (“A motivação das decisões judiciais como garantia inerente ao estado de direito”. *Temas de Direito Processual*, Saraiva, 1980, pp. 83/95).

O Poder Judiciário se substitui às partes para dirimir a lide, que é a controvérsia, ou seja, a pretensão do autor resistida pelo réu. O cidadão tem o direito inalienável de saber o que o Poder Judiciário entende da questão ou questões propostas, ou seja, por exemplo, se as partes propõem cinco questões, devem todas ser dirimidas, não apenas uma delas, pretendida como preponderante pelo julgador. Não importa que o juiz ou o Tribunal acolha apenas uma das cinco questões exemplificadas, mas deve o julgador julgar todas as demais, podendo ocorrer a exceção em que uma questão seja prejudicial de outra, mas, mesmo assim, isto deve ser declarado na decisão.

Fugir deste raciocínio lógico e tradicional de nosso Direito Processual é estropiar o Poder Judiciário, suprimindo-se o Direito Constitucional de ampla defesa (CF/88, art. 5º, LV).

4. MODERNIDADE

Opiniões diversas das mencionadas acima começam a transitar na opinião de juristas processuais trabalhistas, ou seja, dentre as questões propostas pelas partes, o julgador pode escolher uma só e por ela julgar o processo multifacetado, sem julgar as demais.

Vejam as opiniões de dois abalizados processualistas da Terceira Região da Justiça do Trabalho.

O renomado processualista e atual Vice-Presidente do TRT/3ª Região, eminente Juiz Dr. Márcio Ribeiro do Valle, assim escreveu: “Destarte, cumpre salientar, por exemplo, a desnecessidade de o órgão julgador responder a todos e cada um dos argumentos brandidos pelas partes em prol de suas teses jurídicas. Exigem exame específico, apenas e tão-somente, aquelas alegações que, por si próprias, constituam fundamento bastante para a acolhida ou rejeição do pedido.” (*Compêndio de Direito Processual do Trabalho*, LTr, Professora Coordenadora Alice Monteiro de Barros, 1998, p. 411).

O ilustre Professor Juiz Dr. Márcio Flávio Salem Vidigal escreveu substanciosa monografia “Sentença trabalhista” (Ainda Editora, 1ª edição, 1997), que indicamos como fonte necessária, dentre outras mencionadas, deste nosso despretensioso trabalho.

A propósito da fundamentação ou motivação da sentença (único tópico de que ousamos com respeito divergir), o ilustre Professor Juiz Vidigal apresentou nos capítulos 18 e 63.1 (pp. 58/63 e 176) os ensinamentos que resumiremos a seguir.

Alinha o referido doutrinador o seguinte: O CPC adotou o princípio da “persuasão racional” ou “convencimento motivado”; o juiz apreciará livremente a prova; o art. 832 da CLT apenas menciona os fundamentos, sem descer a pormenores sobre a convicção; cumpre deixar claro que o dever de motivar ou fundamentar a sentença não exige resposta a todas as alegações das partes; a motivação a que alude a Constituição Federal não é aquela desejada pela parte, mas a que levou o órgão julgador a decidir em determinado sentido. Porém, *est modus in rebus*.

Não nos parece que uma sentença possa ser de tal modo simplificada com afronta aos princípios tradicionais de nosso Direito Processual, conforme exibimos linhas atrás.

Continuamos a insistir que o jurisdicionado cidadão que, inclusive paga a Justiça, tem o direito de receber resposta de todas as questões levadas por ele ao Poder Judiciário, em uma ação judicial, e não pode se satisfazer com a apreciação de apenas uma delas, escolhida pelo julgador como preponderante, sem que as demais propostas sejam decididas, conforme ensinou Lopes da Costa, mesmo porque a questão escolhida pelo juiz pode não ser a pretendida pela instância superior (COSTA, Lopes da. *Direito Processual Civil Brasileiro*, Konfino, 1948, 2ª edição, volume III, n. 14, pp. 26/27).

Acrescentamos à nossa tese o argumento de que, se a CF/88 tivesse adotado o entendimento (do qual discordamos e defendido pelos ilustres processualistas mencionados), por exemplo, teria consignado, como restrição ao inciso IX do art. 93, a expressão “pelo menos por uma das questões propostas pelas partes”; se não o fez é porque quis o preceito valendo em sua integridade conforme tradição de nosso Direito Processual.

Ademais, se ao juiz se permite a conclusão por norma diversa daquela invocada pelas partes, isto nada tem a ver com esta invocação, que merece resposta judicial.

Pode ser que tal tese, como a modernidade do julgamento pela “relevância”, possa agilizar os julgamentos, mas estes antes não seriam um bem mas um mal para o Poder Judiciário Trabalhista, tão atacado, injustamente, por ter que conviver com a questão social, havendo até propostas de sua extinção.

A tese de que discordamos traz uma conseqüência prática negativa que interfere com o direito de defesa Constitucional (CF/88, art. 5º, LV), ou seja, negando o julgador a decidir todos os pedidos, a parte apresentará embargos de declaração e, sendo estes indeferidos, pode ocorrer a condenação em litigância de má-fé (CPC/73, arts. 14 e 17, aquele com nova redação da Lei n. 10.358, de 27.12.2001), com pagamento de pena pecuniária, inclusive extensiva ao advogado da parte; querendo a parte recorrer, deverá ter o ônus de pagar custas e efetuar o depósito recursal, sujeitando-se, inclusive, ao ônus do recurso de revista (com a limitação da novidade da “transcendência”). Estas questões deverão afligir as empresas em geral e muito mais as médias e pequenas.

Não seria fácil, rápido e jurídico decidir todas as questões propostas e as partes não se insurgirem contra isto, como sempre fizemos em nossa Judicatura?

Já se pensou em Língua Portuguesa sem gramática; será que chegaremos a um Direito Processual do Trabalho, sem lei e sem tradição?

Tempus edax rerum e ele talvez nos mostre a verdade.

5. CONFERÊNCIA: PROFESSORA ALICE MONTEIRO DE BARROS

Retirei este trabalho da Comissão de Redação da Revista ao saber de conferência pronunciada pela Professora Juíza Alice Monteiro de Barros, proferida em agosto/2002, em São Paulo, promovida pela LTr, denominada “A exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais”, a qual subscreve a tese deste trabalho.

A seguir a transcrição de alguns argumentos da Conferência:

“Portanto, e respondendo à primeira indagação, entendo que a exigência de fundamentação das decisões judiciais não é apenas uma recomendação para o juiz, senão que impõe ao julgador a obrigação de motivar a sentença, à qual corresponde um direito constitucional das partes que têm nas razões de decidir a garantia do acerto. Não é ‘suficiente fazer justiça’, como assevera a doutrina italiana, ‘é necessário demonstrar como se fez justiça e persuadir de que foi feita justiça.’” (LANCELLOTTI, Franco. *Sentenza Civile* (n. 17), ob. cit., *Novissimo Digesto Italiano*, XVI/1119. In MONIZ ARAGÃO. Obra citada, *passim*).

Há julgados sustentando que na fundamentação da sentença o juiz não necessita apreciar todas as questões do processo.

“A sentença recorrida analisou com clareza a matéria objeto da controvérsia, fundamentando a sua razão de decidir em elementos lógicos e jurídicos. O julgador não é obrigado a enfrentar, especificamente, todos os argumentos das partes, bastando que lance, em sua decisão, a motivação que enfrente satisfatoriamente a matéria submetida à sua apreciação. Dessa forma, houve a efetiva entrega da prestação jurisdicional, inexistindo qualquer nulidade a ser declarada. Preliminar rejeitada por unanimidade.” TRT/MS-499/2000 - Ac. 2681/2000 - Rel.: João de Deus Gomes de Souza - DOE 17.01.2001, Revista Synthesis n. 33/2001, p. 302 (grifou-se).

“É cediço que o juiz não está obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundamentar a sua decisão, não caracterizando negativa de prestação jurisdicional entendimento diverso daquele pretendido. Incólumes os artigos 832 da CLT, 458 do CPC e 93, IX, da CF...”. TST-ERR-467756/98 - SDI-1 - Relator: Min. Wagner Pimenta. DJ 30.03.2001, p. 539 (grifou-se).

Divergimos desta opinião e com amparo, novamente na doutrina de Moniz Aragão, entendemos que, à luz do CPC de 1939, esse raciocínio até que poderia prevalecer, pois o art. 280, II, limitava-se a exigir os “fundamentos de fato e de direito”, ao passo que o inciso II do art. 548 do CPC vigente, aplicado à sistemática trabalhista subsidiariamente, vai além, quando exige que o juiz, ao expor os fundamentos, analise as questões debatidas, sejam de fato ou de direito.

Neste mesmo sentido, manifesta-se também Manoel Antonio Teixeira Filho. *A Sentença no Processo do Trabalho*, 2. ed., São Paulo: Editora LTr, 1996, p. 307.

Nessa linha de idéias são os enunciados das Súmulas n. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal que dispõem, respectivamente:

“É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.” (Súmula n. 282)

“O ponto omissis da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito de prequestionamento.” (Súmula n. 356)

O Enunciado da Súmula n. 297 do TST é também no mesmo sentido, ao exigir que a matéria a ser ventilada no Recurso de Revista seja prequestionada perante o juízo que proferiu o acórdão, sob pena de preclusão. Assim dispondo, o TST aderiu à tese do inciso II do art. 458 do CPC.

Igual posição foi adotada, recentemente, pelo mesmo TST, em 31.05.2002, quando a SDI-1, provendo Embargos interpostos em face de decisão de Recurso de Revista, assim decidiu:

“EMENTA: FUNDAMENTAÇÃO - ACÓRDÃO - DEFICIÊNCIA - EMBARGOS CONHECIDOS POR VIOLAÇÃO DO ART. 896 DA CLT. Os artigos 93, IX, da Constituição e 832 da CLT impõem ao Poder Judiciário o dever de fundamentar suas decisões. Cabe ao magistrado expor os fundamentos fáticos e jurídicos que geraram sua convicção exteriorizada no *decisum*, mediante análise circunstanciada das alegações formuladas pelas partes. No âmbito da instância extraordinária, revela-se ainda mais imperioso o fato de a fundamentação ser explícita e detalhada, ante a imprescindível necessidade do prequestionamento da matéria e igualmente, porque não pode o Juízo *ad quem* conhecer do recurso fora da realidade retratada pelo Juízo *a quo* (Enunciados n. 297 e 126 do TST). A persistência da omissão, pelo julgador, mesmo após a oposição de oportunos embargos declaratórios, interpostos com objetivo de ver definida a moldura fático-jurídica de aspectos relevantes da lide, constitui vício de procedimento que implica a nulidade da decisão proferida, ante a caracterização de inequívoca negativa de prestação jurisdicional. A E. Turma, ao não conhecer da revista da reclamada quanto à preliminar de nulidade do acórdão do Regional, por negativa de prestação jurisdicional, após reconhecer, expressamente, que referida decisão não enfrentou especificamente a questão

em debate (f. 124, 1º §), incidiu em afronta ao art. 896 da CLT, ante a inequívoca violação do art. 832 da CLT, ensejando o conhecimento dos embargos. Recurso de embargos provido.” (E-RR 493271/98 - Subseção I Especializada em Dissídios Individuais - Relator: Ministro Milton de Moura França. DJ 31.05.2002)

6. JULGADOS

A seguir, transcreveremos alguns julgados trabalhistas do Colendo TST sobre a questão, inclusive um julgado do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, desfavoráveis à tese moderna e que apóiam nossa opinião.

“Obrigação de responder um a um os argumentos das partes - Verdade relativa - Embargos declaratórios - Obrigação de responder um a um os argumentos das partes. Assertiva no sentido de que o julgador não está obrigado a responder um a um os argumentos das partes é de verdade relativa. Se o argumento da parte é substancial e capaz de ensejar-lhe decisão favorável é obrigado o julgador a apreciá-lo. Não é porque apreciou um, que pode deixar de apreciar outros substanciais. Nulidade acolhida. Recurso de embargos conhecido e provido.

(TST-E.RR 176.81/95.6 - Ac. 11567/97/3ª Reg. - Rel.: Min. Vantuil Abdala - DJU 04.04.97 - p. 10.805.

Publ. *Julgados Trabalhistas Seleccionados* - Irany Ferrari e Melchíades R. Martins - Ed. LTr, São Paulo, vol. V, 1999, pág. 157)”

“Nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional. Não tendo analisadas pelo regional questões relevantes ao deslinde da controvérsia, há que se anular o julgado, por ausência da prestação jurisdicional de forma completa e fundamentada.”

(RR.299.96-0 - Ac. 2ª T. - 239/97 - Rel. Vantuil Abdala - TST)

“Prestação jurisdicional - Nulidade - Negativa da prestação jurisdicional. A prestação jurisdicional deve ser feita de forma completa. Caso contrário, será nula.”

(RR 156.880/95-8 - Ac. 4ª T. - 1911/97 - Rel. Cnéa Moreira - TST)

“Embargos de declaração - Prestação jurisdicional incompleta. Opostos embargos declaratórios objetivando sanar omissão e permanecendo silente o julgado acerca da matéria articulada, merece acolhimento a preliminar de nulidade suscitada, por ofensa ao art. 832 da CLT.”

(E-RR 148.009/94-6 - Ac. SBDI - 13.109/97 - Rel. Leonaldo Silva - TST)

“Negativa de prestação jurisdicional. É nula a decisão que se omite entregar a prestação jurisdicional completa, nos termos em que é requisitada. A existência de contradição, sem que seja suprida no julgamento dos embargos declaratórios, equivale à negativa de prestação jurisdicional, que invalida a decisão.”

(RR- 235.547/95.3 - Ac. 1ª T. - 5266/97 - Rel. Ursulino Santos - TST)

Todas as ementas citadas foram publicadas na *Nova Jurisprudência em Direito do Trabalho*, Valetin Carrion, 1º semestre, 1998, São Paulo: Ed. Saraiva, pp. 514 e 515, n. 3347, 3349, 3350 e 3355.

“O julgador está obrigado a fundamentar devidamente a decisão nos termos do art. 832 da CLT, mormente quando provocado a fazê-lo via embargos de declaração. A ausência de pronunciamento do regional sobre aspectos fáticos relevantes para a solução da controvérsia dá ensejo à decretação da nulidade do acórdão declaratório, na qual ocorreu o vício, em estrita observância ao princípio da entrega jurisdicional plena.”

(RR 462/98-8 - Ac. 2ª T. - Rel. José Bráulio Bassini - TST - Publ. *Nova Jurisprudência em Direito do Trabalho*, Valetin Carrion, 1999, 2º semestre, São Paulo: Ed. Saraiva, p. 459, n. 2722)